

TERRITÓRIO, CORPO E RESISTÊNCIA: O GRITO DA TERRA E O IMAGINÁRIO MATERNO EM DISTÂNCIA DE RESGATE

TERRITORY, BODY AND RESISTANCE: THE CRY OF THE EARTH AND THE MATERNAL IMAGINARY IN DISTÂNCIA DE RESGATE

Rodrigo Nunes da SILVA¹

Linduarte Pereira RODRIGUES²

Resumo: A noção de Antropoceno tem fomentado reflexões que compreende o ambiente como uma construção política, simbólica e discursiva (Pádua, 2022), especialmente nas representações literárias das crises ecológicas atuais. Nesse contexto, o romance *Distância de resgate*, da argentina Schweblin (2021), apresenta uma narrativa que entrelaça drama familiar, terror psicológico e colapso ambiental, revelando a fragilidade dos vínculos humanos frente a um mundo caótico. Desse modo, este trabalho tem por objetivo analisar como a obra agrega, em sua dimensão narrativa, a atualização de estruturas mítico-simbólicas para representar os conflitos socioambientais em contextos latino-americanos marcados por processos de (pós)modernização. Assim, investiga as tensões entre a humanidade e a natureza, demonstrando como o texto opera e revela uma simbologia que coloca em cena a relação indivíduo e sociedade na apreensão do desastre socioambiental. Para tanto, são mobilizadas teorias críticas da literatura latino-americana contemporânea (Ludmer, 2010; Ette, 2016; Alves, 2022) e dos estudos do imaginário (Durand, 2002; Jung, 2014, 2016) numa perspectiva Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011), que permite uma visão pansemiótica e pancrônica de abordagem dos estudos literários. O estudo conclui que a trama pode ser lida como um evento semiótico que reinscreve símbolos coletivos (como a mãe protetora, o sacrifício, a metamorfose) em novas configurações culturais marcadas pela toxicidade e pela perda da distância *de resgate* entre o eu e o outro, o humano e o ambiente.

Palavras-chave: Literatura latino-americana. Antropoceno. Imaginário. Maternidade. *Distância de resgate*.

¹ Doutorando na UEPB (Universidade Estadual da Paraíba). E-mail: rodrygonunes22@gmail.com

² Professor da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba). E-mail: linduartepr@gmail.com

Abstract: The notion of the Anthropocene has fostered reflections that understand the environment as a political, symbolic, and discursive construct (Pádua, 2022), especially in literary representations of current ecological crises. In this context, the novel *Distance of Rescue*, by Argentine author Schweblin (2021), presents a narrative that intertwines family drama, psychological terror, and environmental collapse, revealing the fragility of human bonds in the face of a chaotic world. Thus, this article aims to analyze how the work incorporates, in its narrative dimension, the updating of mythical-symbolic structures to represent socio-environmental conflicts in Latin American contexts marked by (post)modernization processes. Thus, it investigates the tensions between humanity and nature, demonstrating how the text operates and reveals a symbology that highlights the individual and collective relationship in the apprehension of socio-environmental disaster. To this end, critical theories of contemporary Latin American literature (Ludmer, 2010; Ette, 2016; Alves, 2022) and studies of the imaginary (Durand, 2002; Jung, 2014, 2016) are mobilized from an Anthropological Semiotic perspective (Rodrigues, 2011), which allows for a pansemiotic and panchronic approach to literary studies. The study concludes that the plot can be read as a semiotic event that reinscribes collective symbols (such as the protective mother, sacrifice, metamorphosis) in new cultural configurations marked by toxicity and the loss of rescue distance between the self and the other, the human and the environment.

Keywords: Latin American literature. Anthropocene. Imaginary. Motherhood. *Distância de resgate*.

| Considerações preliminares

A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa (Barthes, 1987, p. 19).

A literatura produzida por mulheres na América Latina tem ganhado crescente visibilidade no cenário editorial brasileiro e internacional. Autoras como Mariana Enriquez e Samanta Schweblin, ambas argentinas, vêm se destacando ao oferecer narrativas de terror social que não apenas perturbam, mas também tensionam a percepção de mundo de seus leitores. Em *As coisas que perdemos no fogo*, Enriquez (2017) revela as camadas sombrias da vida urbana e das desigualdades estruturais, provocando medo e inquietação. Já Schweblin (2021), em *Distância de resgate*, articula um universo narrativo que combina atmosfera onírica, elementos cotidianos e situações insólitas, retratando com sutileza um drama familiar marcado por colapsos psicológicos e ambientais. Em tempos de crises globais, como os característicos do Antropoceno, essas obras ganham relevo ao explorar os limites da experiência humana em um mundo caótico.

Ao tematizar os desequilíbrios ecológicos e sociais do presente, Schweblin dá forma literária a angústias que ressoam diretamente com os debates sobre o Antropoceno, termo que designa a era geológica marcada pelo impacto devastador das ações humanas

sobre o planeta (Pádua, 2022). Ela cria uma tensão entre o indivíduo e a sociedade que mantêm o leitor em permanente estado de atenção. Esse procedimento estilístico reforça o caráter psicológico da narrativa e constrói uma estética da inquietude, em que o medo não é efeito, mas princípio estruturante, isto é, um signo da consciência trágica de um mundo em colapso. Também, opera segundo um regime de presença (Fontanille, 2015), no qual a percepção e a corporalidade emergem como modos de significação: o texto, além de representar o medo e a contaminação, faz o leitor experimentá-los por meio da materialidade da linguagem. Compreendemos que, no âmbito de regimes de valor, a contaminação, mais do que um tema, figura como um signo de altercação, ou seja, um símbolo da dissolução das fronteiras que sustentam a modernidade antropocênica.

Sem recorrer a um realismo convencional, Schweblin lança mão de elementos insólitos que instauram uma escrita do desconforto. O silêncio, o não dito e o fantástico funcionam como dispositivos que rompem com a linearidade da narrativa e convidam o leitor a refletir sobre as violências invisíveis do mundo contemporâneo. Em *Distância de resgate*, a autora projeta uma inquietação diante das injustiças socioambientais que assolam o interior da Argentina, construindo uma ficção que denuncia os efeitos da contaminação do solo por agrotóxicos, o descaso com a saúde das populações vulneráveis e a exploração predatória dos territórios. Acreditamos que o romance se insere na esteira de uma ecocrítica simbólica que não apenas expõe, mas também questiona os discursos dominantes sobre progresso e desenvolvimento no contexto latino-americano.

Publicado originalmente em 2014 e traduzido para o português em 2016, *Distância de resgate* apresenta uma narrativa intensa e fragmentada, ambientada em uma zona rural aparentemente tranquila, mas profundamente contaminada. O espaço, que inicialmente remete a uma natureza bucólica, revela-se em um cenário de horror e decadência, em que duas mães, Amanda e Carla, lutam para proteger seus filhos de forças invisíveis e ameaçadoras. Salientamos que as situações de contaminação química, os rituais misteriosos envolvendo crianças e a atmosfera de urgência instauram uma crítica contundente à devastação ambiental e aos modos como o corpo das mulheres e das crianças são vulnerabilizados nesse processo.

Diante dos desafios das ciências dos sentidos, numa visão antropológico-semiótica (Fontanille, 2016) da relação entre o ser humano e a produção de sentido nos textos literários, o escopo da obra adquire, então, uma dimensão simbólica que permite ler o território como um corpo em colapso, alinhando-se à concepção do antropoceno como uma era de profundas rupturas ecológicas e existenciais. De acordo com Fontanille (2016), áreas como a Antropologia, a História e a Literatura abarcam fenômenos multidimensionais que permitem dar conta de questões que afetam a sociedade contemporânea, considerando que "A experiência semiótica, as práticas, os modos de vida e os modos de existência, entre outros, portanto, cuja consistência teórica e metodológica está ainda por ser construída, nos oferecem a oportunidade de conhecer desafios de grande dimensão, até então inimagináveis" (Fontanille, 2016, p. 9).

A partir dessa perspectiva, *Distância de resgate* pode ser compreendida como um espaço de inscrição de práticas e valores que articulam os regimes imaginários de produção de sentidos diante da vulnerabilidade ecológica. Schweblin (2021) produz um campo de tensões em que o corpo, contaminado e em decomposição simbiótica com o ambiente, torna-se um texto sensível da crise antropocênica. Entendemos que o medo que permeia a relação entre mãe e filha materializa-se como um signo intersemiótico, uma representação da dissolução das fronteiras identitárias e ambientais. Sendo assim, o mito, entendido em seu sentido antropológico (Lévi-Strauss, 1970), não é retomado apenas como narrativa de origem, mas como estrutura de pensamento que organiza o caos e torna inteligíveis as angústias de uma era pós-humana. Nesse viés, o método estrutural straussiano dá suporte a uma investida Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011), na medida em que permite realizar uma leitura mítico-simbólica fundamentada na compreensão do processo de criação literária atual. Diante disso, destacamos em Lévi-Strauss (1970, p. 223) a seguinte passagem: “Quer seja o mito recriado pelo sujeito, quer seja tomado de empréstimo à tradição, ele só absorve de suas fontes, individual ou coletiva (entre as quais se produzem constantemente interpenetrações e trocas)”. Todavia, ele chama a atenção para o fato de que “o material de imagens que ele emprega”, isto é, a estrutura, “permanece a mesma, e é por ela que a função simbólica se realiza”, produzindo efeitos de sentido nas práticas contemporâneas.

Poressa razão, este trabalho investiga como *Distância de resgate* agrega, em sua dimensão narrativa, a atualização de estruturas mítico-simbólicas para representar os conflitos socioambientais em contextos latino-americanos marcados por processos de (pós) modernização. Diante disso, indagamos: de que maneira o romance articula elementos do imaginário coletivo na construção de uma narrativa que interpela os efeitos da (pós) modernização sobre os corpos e os territórios? E ainda, como a literatura de Schweblin (2021) se insere no debate mais amplo sobre os impactos do Antropoceno nas formas de narrar, de pertencer e de resistir? Para isto, dialogamos com abordagens críticas da literatura latino-americana contemporânea (Ludmer, 2010; Ette, 2016; Alves, 2022), a fim de compreender como a obra tensiona os discursos dominantes e reconfigura modos de ver a realidade. Também enveredamos pelos estudos do imaginário (Durand, 2002; Jung, 2014, 2016), abordagens teóricas que ampliam as possibilidades hermenêuticas da Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011), ao adotar uma vertente interpretativista, etnográfica e introspectiva, alinhada às transformações epistêmicas que atravessam os estudos da linguagem. Esta perspectiva semiótica permite investigar a consciência simbólica e das representações socioculturais de textos/discursos num viés teórico que permite o entendimento da concepção pansemiótica e pancrônica da linguagem nos estudos semióticos aplicados aos textos do cotidiano e da ficção.

Na proeminência de uma prática de abordagem semiótica antropológica aplicada ao texto literário, compreendemos o texto literário como um caleidoscópio dotado de sentidos multifacetados, isto é, o texto é o lugar do sentido e da práxis social de mobilização e organização de recursos de linguagem que significam pela experiência no mundo (Rodrigues, 2017). Por essa razão, a Semiótica Antropológica (Rodrigues,

2011) surge como uma possibilidade de estudo do texto/discurso que abrange a materialização e a incorporação dos sentidos e do simbólico no arranjo antropológico de uma consciência socio-humana, que deve escapar de uma mera visão antropocêntrica do homem, buscando compreender os processos de cristalização e de atualização do imaginário coletivo, viabilizados e perpetuados por vozes e escrituras planetárias. Logo, esta abordagem semiótica se volta para pesquisas que se encontram nas fronteiras interdisciplinares (Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia, História, Biologia, Religião etc.) e que dialogam com a Linguística, a Literatura e as Artes, permitindo, em nosso caso, ampliar o alcance investigativo do texto literário pelo investimento no plano do simbólico e do imaginário, ao pensar o homem, suas relações socioculturais, seus valores e seu tempo, “Reunidos como um plano de expressão e um plano de conteúdo, o tempo da existência e o tempo da experiência” (Fontanille, 2016, p. 6), âmbitos pelos quais a dimensão semiótica deve se interessar massivamente.

Por isso, compreendemos que o universo ficcional de Schweblin (2021) é atravessado por tensões simbólicas que revelam as contradições do mundo contemporâneo. Ao expor o horror do cotidiano e a fragilidade das relações humanas em um planeta exaurido, *Distância de resgate* convida à reflexão sobre os limites da sobrevivência em nossos dias. Trata-se de uma obra que ultrapassa o entretenimento literário e instaura um espaço de resistência e imaginação crítica. Por meio da evocação de um imaginário coletivo e da ressignificação da maternidade como representação do cuidado e da agonia, Schweblin (2021) nos desafia a repensar a organização social, ambiental e simbólica de nossos tempos. Nesse processo, torna-se evidente que o espaço retratado deixa de ser um cenário bucólico de paisagens naturais idealizadas para assumir contornos de horror e barbárie, revelando uma espacialidade densa em suas dimensões históricas, econômicas, culturais, ideológicas e psicológicas, tal como discutido por Brandão (2005).

Nas páginas que seguem, propomos possíveis abordagens de leitura da narrativa de suspense e terror psicológico tecida por Schweblin (2021), a qual representa a maternidade como representação estruturante, de modo inquietante e simbólico. Assim, a trama se aproxima do imaginário coletivo e mobiliza uma simbologia que ressignifica a noção de realidade à luz dos conflitos socioespaciais e ambientais do Antropoceno. Contudo, inicialmente discorreremos sobre algumas tensões espaço-temporais na obra, observando os impactos da (pós)modernização na América Latina. Conforme aponta a própria autora, “O ponto exato está em um detalhe, é preciso ser observador” (Schweblin, 2021, p. 13) e “se você se concentrar, as coisas vão acontecer mais depressa” (Schweblin, 2021, p. 97), sinalizando a necessidade de um olhar atento para os atravessamentos simbólicos, temporais e espaciais que estruturam a obra. Como no percurso do fio de Ariadne³, o leitor é instigado a seguir pistas e vestígios antropológicos que desvelam as particularidades do universo literário contemporâneo.

3 Figura da mitologia grega, Ariadne se apaixonou por Teseu e lhe entregou um fio de lã, símbolo de um método orientador para resolver situações complexas, permitindo que ele encontrasse o caminho de volta após derrotar o Minotauro no interior do labirinto.

1. Tensões espaço-temporais e colapso ambiental em *Distância de resgate*: os impactos da (pós)modernização na América Latina

[...] às vezes não há tempo para se confirmar o desastre (Schweblin, 2021, p. 21).

Distância de resgate apresenta uma estrutura narrativa fragmentada/não-linear, característica que evidencia a singularidade estilística de Schweblin. Essa fragmentação intensifica as tensões e os conflitos espaço-temporais que permeiam a trama, revelando os efeitos devastadores das tragédias ambientais e os dilemas da maternidade em um mundo marcado pelo colapso ecológico. Inserida no contexto do Antropoceno, a narrativa convoca o leitor a experimentar um estado de vigilância sensível e contínua, mobilizando afetos e inquietações diante da degradação do ambiente e da fragilidade dos vínculos humanos. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* (Estadão), Schweblin comentou sobre seu estilo de escrita, destacando sua intenção de manter o leitor em “um estado de atenção absoluta”, condição essencial, segundo ela, para a imersão em histórias que tensionam realidade e imaginação de forma visceral. Para a autora,

O julgamento e o preconceito são suspensos, assim como a autoconsciência, e a gente só quer ver o que acontece a seguir. Isso geralmente está associado à tensão de um *thriller*, por exemplo, ou terror, mas acho que a tensão é ainda mais forte e interessante se tiver relação com a premonição de estar prestes a entender algo de vital importância para nossas vidas, a ponto de poder responder a uma questão existencial que nos manteve no limite. Ou descobrir, talvez, que essa angústia que carregamos há meses é uma questão existencial particular, há palavras para formulá-la e comunicá-la, há outras atravessando a mesma incerteza, e intuir que, no exercício dessa leitura, aprenderemos algo que nos ajude a resolvê-la. Essa, eu acho, é a tensão mais poderosa (*O Estado de São Paulo* [Estadão], 2022).

O relato ficcional perturbador de *Distância de resgate* insere o leitor em uma atmosfera de tensão constante, atravessada por um conflito psicológico profundo que, embora inicialmente enraizado nas angústias individuais das personagens, logo se expande para abarcar uma dimensão coletiva e planetária. Essa transição do íntimo ao ecológico reflete a lógica do Antropoceno, na qual as ações humanas, mesmo as mais subjetivas e emocionais, estão implicadas em redes de impacto ambiental e social de larga escala. O fio vital invisível, mencionado desde a primeira frase, “são como vermes” (Schweblin, 2021, p. 9), tensiona a narrativa como uma representação da contaminação e da fragilidade dos vínculos em um mundo em colapso. Essa construção discursiva, pautada por silêncios, ausências e elementos não ditos, convida o leitor a uma busca interpretativa que ultrapassa o realismo convencional. Na entrevista ao Jornal citado acima, Schweblin reflete sobre sua filiação à chamada *literatura do estranho*, destacando que ela trata do

possível, embora improvável, um território ambíguo que, dentro dos dilemas ambientais contemporâneos, se aproxima inquietantemente do real.

Diante disso, compreendemos que *Distância de resgate* dialoga com as especificidades histórico-culturais de uma América Latina marcada por processos contraditórios de (pós)modernização, globalização e devastação ambiental. A literatura produzida nesse contexto, como a de Schwebelin, incorpora as complexidades de uma era em que os sistemas rígidos e totalizantes cederam lugar à fluidez, à instabilidade e à interdependência entre corpo, território e ecossistema. Como apontam críticos como Toro (1997) e Jameson (1993), a pós-modernidade, especialmente em sua vertente latino-americana, emerge como uma resposta estética e política às transformações ocorridas no pós-guerra, atravessando contradições culturais, identitárias e ambientais. No contexto das crises ecológicas, essa literatura deixa de ser apenas expressão simbólica para tornar-se campo de resistência e imaginação crítica, onde os limites entre o pessoal, o político e o ecológico se desfazem em um mesmo horizonte de urgência e inquietação.

O sociólogo e filósofo polonês Bauman (1998) conceitua a contemporaneidade como uma “modernidade líquida”, caracterizada pela fluidez das formas sociais, culturais, econômicas e existenciais, que se tornam cada vez mais instáveis e transitórias. Segundo o autor, o “mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível” (Bauman, 1998, p. 32). Nesse cenário, a superficialidade e a fragilidade dos vínculos humanos revelam-se como manifestações de um processo acelerado de individualização e de mercantilização das relações sociais. Contudo, para além de aceitar passivamente esse diagnóstico, faz-se necessário problematizar a ideia de ruptura entre modernidade e pós-modernidade, especialmente no contexto latino-americano, onde tais processos não ocorrem de forma homogênea nem linear. Questionamentos como “quando” e “como” se deu o fim da modernidade na região, e mais ainda, quais de seus efeitos persistem, são fundamentais para compreender as manifestações artísticas e culturais contemporâneas. Nesse sentido, *Distância de resgate* oferece uma perspectiva crítica e simbólica sobre tais dilemas, ao articular questões de autoria, recepção e originalidade com os conflitos socioambientais e identitários próprios de um mundo em transição.

Ao assumir uma postura crítica diante da realidade, o pós-modernismo configura-se como uma poética em constante formação, marcada por tensões e ambivalências em relação à arte moderna. Por um lado, há uma continuidade com certos aspectos formais e temáticos da modernidade; por outro, observa-se uma ruptura com suas estruturas narrativas, estéticas e epistemológicas. Essa relação ambígua com o passado, ora de convergência, ora de distanciamento, confere à contemporaneidade uma nova forma de leitura e interpretação do mundo. Nesse sentido, o pós-modernismo não se apresenta como uma substituição definitiva da modernidade, mas como um campo de disputas, revisões e ressignificações. O crítico literário Jameson (1993, p. 41) problematiza essa transição ao questionar: “Que há de tão novo em tudo isso? Precisamos, realmente,

do conceito de pós-modernismo?”. Sua provocação evidencia os desafios de delimitar fronteiras precisas entre períodos históricos e estéticos, sobretudo em contextos como o latino-americano, onde os processos culturais e sociais operam de forma desigual, híbrida e marcada por contradições históricas. Para o autor, o pós-modernismo é

[...] um conceito periodizante, cuja função é correlacionar a emergência de novos aspectos formais da cultura com a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica – aquilo que muitas vezes se chama, eufemisticamente, de modernização, sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade da mídia ou dos espetáculos, ou capitalismo multinacional (Jameson, 1993, p. 27).

No campo literário, a concepção utópica atribuída ao pós-modernismo revela sinais de esgotamento. Ainda assim, ela persiste, sobretudo na medida em que novas cartografias simbólicas são propostas e experimentadas, desafiando modos de vida consolidados e rearranjando formas de organização sociocultural. Essas práticas reorientam tanto os processos de escrita quanto as configurações dos sujeitos, que agora emergem em um mundo marcado por instabilidade, deslocamento e colapso de fronteiras físicas, temporais e simbólicas (Alves, 2022). Nessa perspectiva, realidade e ficção, erudito e popular, presente e passado, espacialidades e temporalidades entrecruzam-se e se tornam indiscerníveis, produzindo um efeito de estranhamento que espelha os impasses de nosso tempo. Ao considerar essas novas formas de leitura e percepção do território e da historicidade, torna-se possível refletir sobre os efeitos dos processos de (pós)modernização em países latino-americanos. Desse modo, acreditamos que *Distância de resgate* oferece subsídios valiosos para discutir as ressonâncias históricas, socioculturais e simbólicas da literatura em um mundo marcado por múltiplas formas de ruptura, tanto externas quanto internas, humanas e não humanas.

O filósofo italiano Giorgio Agamben, ao refletir sobre os desafios conceituais que envolvem a noção de contemporaneidade, propõe que “contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. Mas o que significa ‘ver as trevas’, ‘perceber o escuro’?” (Agamben, 2009 *apud* Alves, 2022, p. 17). Essa metáfora da escuridão, longe de representar ignorância ou inação, remete à capacidade crítica de perceber as camadas opacas do tempo presente, revelando suas fissuras, silêncios e contradições. Nesse viés, ao introduzir a coletânea *Travessias Críticas: temporalidades e territórios na narrativa latino-americana das últimas décadas*, Alves (2022) retoma essa perspectiva para evidenciar como a literatura contemporânea na América Latina tem se constituído como espaço de leitura crítica do presente, revelando um presente marcado por instabilidades políticas, colapsos ambientais e deslocamentos identitários. Segundo o autor,

A noção de precipitação rumo ao incerto e ao inacabado presente nessa concepção do filósofo italiano não só aponta para uma temporalidade que costumamos identificar ao presente como ideia e como expressão, que se

cristalizaria num agora e que, no entanto, está em perpétua reconfiguração, mas também para os gestos de inscrição de seus rastros em linguagem e imagem, os quais colocariam em evidência a temporalização do tempo, as lacunas, sobreposições, conexões, fraturas e anacronismos que fazem com que o presente, como percepção e como ideia, seja, também, um devir (Alves, 2022, p. 17).

O referido discurso propõe uma abordagem estética e analítica que entrelaça tempo, espaço e subjetividade como formas de resistência e reconfiguração simbólica diante das sombras que marcam o agora. Nessa perspectiva, a escritora argentina Josefina Ludmer (2010), em *Literaturas pós-autônomas*, propõe uma reflexão sobre as novas condições de produção, circulação e recepção do texto literário na contemporaneidade. Tais transformações implicam uma ressignificação dos modos de ler e interagir com as práticas literárias, sobretudo aquelas associadas às estéticas pós-modernas e ao contexto latino-americano. Para a autora, essas novas formas de escritura estão ancoradas em dois postulados centrais sobre o mundo atual: “O primeiro é que todo o cultural (e literário) é econômico e todo o econômico é cultural (e literário). O segundo [...] é que a realidade (se pensada a partir dos meios que a constituiriam constantemente) é ficção e que a ficção é a realidade” (Ludmer, 2010, p. 2). Essas premissas sustentam a ideia de que a literatura não apenas reflete o real, mas participa ativamente de sua constituição simbólica, política e econômica. Com base nessa concepção, Alves (2022) discute a “emergência de múltiplas contemporaneidades” como um fenômeno que exige formas alternativas de apreensão do tempo e do espaço, tensionando as fronteiras entre ficção e realidade, entre experiência subjetiva e contexto histórico. Para ele,

Uma série de operadores de leituras ligados aos debates sobre a noção de pós-autonomia (realidadeficção, fusão e sincronia, fábrica de presente, imaginação pública, modos de ler), assim como as cartografias literárias de nossa época (transversalidades, pós-nacionalidades, globalidades) pode constituir-se num instrumental relevante para a leitura da literatura contemporânea (Alves, 2022, p. 19-20).

Nesse viés, observa-se que as novas escrituras diaspóricas ultrapassam as fronteiras tradicionais entre o literário e o ficcional, promovendo uma reconfiguração da própria noção de realidade. Como aponta Ludmer (2010, p. 2), “não se pode lê-las como mero ‘realismo’, em relações referenciais ou verossimilhantes”, pois essas narrativas operam em uma zona liminar, onde realidade e ficção se entrelaçam de forma indissociável. Ao abordar os movimentos transfronteiriços que caracterizam o pensamento contemporâneo, especialmente a partir dos Estudos Transárea, Ottmar Ette (2016) destaca a importância de novos paradigmas de leitura e concepção dos espaços e temporalidades. Tais movimentos desafiam as delimitações geopolíticas tradicionais e possibilitam a emergência de uma literatura atravessada por fluxos, deslocamentos e interconexões, capaz de captar as complexidades do mundo atual e de refletir sobre experiências de crise, mobilidade e pertencimento. Assim sendo,

Na perspectiva atual pode-se afirmar com boas razões que se enfraqueceram os fundamentos temporais de nosso modo de pensar e de retrabalhar a realidade, tão dominantes na pós-modernidade como o foram os fundamentos histórico-cronológicos na modernidade europeia, ao mesmo tempo em que concepções e modos de pensar, mas também padrões de percepção e paradigmas de experiência espaciais ganharam indiscutível importância (Ette, 2016, p. 196).

Essa constatação atravessa a construção narrativa de *Distância de resgate*, à medida que a obra articula, por meio da ambientação e das personagens principais, um duplo movimento de enraizamento territorial e resistência temporal frente a um cenário marcado por degradação e colapso. O espaço, longe de se apresentar como mero pano de fundo, adquire densidade simbólica e política, revelando-se como território afetado por dinâmicas de violência silenciosa, degradação ecológica e exclusão social. Como observa Vasconcellos (2020, p. 1), a noção de *catástrofe* pode ser compreendida como uma das estratégias do Estado neoliberal para justificar intervenções radicais (ou o abandono deliberado) de determinadas comunidades e regiões. Nesse sentido, o romance de Schweblin (2021) tensiona a imagem idealizada do campo, muitas vezes cultivada por uma perspectiva urbana e elitizada, que o imagina como um refúgio idílico: calmo, puro, exótico. Em contraposição, o espaço rural é retratado como um lugar contaminado (literal e simbolicamente) pelos efeitos nocivos de um modelo de desenvolvimento que transforma a terra em zona de sacrifício. A natureza, antes associada à cura e ao descanso, surge como organismo ferido, campo de experimentações tóxicas e silêncio cúmplice. Para Vasconcelos (2020), essa inversão de expectativa expõe os modos como a literatura pode problematizar as noções de progresso e sustentabilidade ao revelar, com potência simbólica, os efeitos sombrios da modernidade tardia sobre corpos, territórios e vínculos afetivos. Desse modo,

Desconstruindo o mito idílico do campo, o romance se situa em um povoado rural onde as plantações de monocultivo transgênico transformaram não só a dinâmica social e econômica das populações locais, mas a relação dessas pessoas com a terra, com as plantas, os animais e inclusive com seus próprios corpos. O campo já não é mais esse lugar heterotópico onde a classe média urbana vai passar férias, em um espaço bucólico onde o homem supostamente não interveio, onde, portanto, é possível encontrar silêncio, água cristalina e ar puro (Vasconcellos, 2020, p. 1-2).

Ambientada em uma pequena vila rural, a narrativa de *Distância de resgate* insere-se em um cenário que, à primeira vista, remete à tranquilidade e ao refúgio da vida no campo. No entanto, esse espaço logo revela sua faceta ambígua e ameaçadora. O drama central, protagonizado por duas mães marcadas pela impotência de proteger seus filhos diante da contaminação química, projeta um cenário de catástrofe silenciosa que ultrapassa o pessoal e se inscreve no plano ecológico e coletivo. O campo, tradicionalmente associado à pureza e à regeneração, torna-se um território de morte lenta, contaminado por práticas extrativistas e negligenciado por políticas públicas.

Nesse cenário, o espaço rural não é apenas o pano de fundo da narrativa, mas um agente ativo na configuração de uma espacialidade disfuncional e tóxica, onde o perigo é invisível, difuso e irreversível, característica central do imaginário do Antropoceno. A construção de significados entre os personagens se dá, assim, por meio de ações subversivas de resistência e sobrevivência, marcadas por vínculos frágeis, culpa e silêncio. Amanda, recém-chegada da cidade para passar férias com sua filha Nina, encontra em Carla, moradora local marcada por um trauma profundo, o reflexo de uma maternidade dilacerada pela violência ambiental. A figura do “monstro”, como Carla chama seu filho David, não é apenas um símbolo do abismo afetivo, mas também da deformação das relações humanas e naturais causada por um sistema que envenena, fragmenta e desumaniza.

Ao adentrar esse território devastado, o leitor é conduzido por uma estrutura narrativa não linear, de forte carga psicológica e simbólica. Em uma atmosfera que oscila entre o realismo traumático e o delírio, Amanda desperta ao lado de David em um lugar ambíguo, que remete a um pronto-socorro ou a uma instalação improvisada, e passa a reconstruir, com a ajuda insistente do menino, os acontecimentos que a levaram àquele estado de confusão e sofrimento. O diálogo entre os dois é conduzido em tom urgente, muitas vezes sussurrado, como numa sessão de regressão hipnótica ou de escuta clínica.

A fala de David – “São como vermes [...] Vermes, em todo lugar [...] A gente precisa ser paciente e esperar. E enquanto espera precisa encontrar o ponto exato onde nascem os vermes [...] As observações são muito importantes” (Schweblin, 2021, p. 9-10) – a partir da perspectiva da Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011) – inscreve-se na tessitura simbólica do Antropoceno, revelando uma poética da contaminação. A imagem dos vermes funciona como signo sensível e condensador de sentidos, evocando processos de degradação, invasão e vulnerabilidade, típicos do imaginário contemporâneo frente às crises ambientais. Esse signo, ancorado no que está oculto, abaixo da superfície, ativa um modo de percepção que exige atenção ao invisível e ao imperceptível, ressaltando a interdependência entre corpo, território e ambiente. Assim, a narrativa não apenas representa, mas também corporifica as ansiedades e os medos próprios de um mundo atravessado pelos efeitos do Antropoceno, atualizando no plano simbólico uma consciência crítica sobre a fragilidade dos ecossistemas e das existências.

Esses “vermes” podem ser interpretados tanto como agentes tóxicos, isto é, resquícios de agrotóxicos, poluição, veneno ambiental, quanto como metáforas da decomposição dos vínculos sociais e afetivos num mundo em colapso. A dúvida que paira sobre a origem da voz, se ela vem realmente de David, da consciência de Amanda ou de um delírio febril, apenas intensifica a percepção de que, no Antropoceno, os limites entre interior e exterior, subjetivo e ecológico, se tornam cada vez mais difusos. Na trama, Amanda, ao revisar sua chegada ao vilarejo e a convivência com Carla, tenta costurar os fragmentos de uma memória que, como o próprio planeta, está doente e em processo de desintegração.

Por essa razão, ressaltamos que a trama de *Distância de resgate* se desenrola em um pequeno povoado rural argentino, que mais se assemelha a uma vila isolada, marcada por uma catástrofe silenciosa: a contaminação do solo, das águas e das plantações pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Essa prática, reflexo das políticas agropecuárias neoliberais e do modelo extrativista dependente de monoculturas para exportação, tem efeitos devastadores sobre os corpos – humanos e não humanos – e compromete o futuro das novas gerações. Crianças, animais e adultos desenvolvem deformações físicas e comportamentais que denunciam um território envenenado, mas cuja ameaça permanece invisível e incompreensível até o ápice da trama. A protagonista Amanda, inicialmente, não percebe essa degradação. Encantada por uma visão idílica do campo, típica da classe média urbana, ela ainda enxerga o espaço rural como um “Outro”: diferente, exótico e seguro. Como observa Vasconcellos (2020, p. 2), “Amanda desconhece as políticas agropecuárias neoliberais e ainda vê o campo como Outro, diferente da cidade, e as pessoas dali também como diferentes dela”, o que alimenta sua fascinação inicial e a impede de perceber a ameaça que a cerca.

Por conseguinte, a obra articula uma crítica contundente, ainda que sutil, à colonialidade do saber e à naturalização das políticas de exploração ambiental que atingem especialmente os territórios periféricos. Conforme Ludmer (2010, p. 110), “na fábrica da realidade, o território é um articulador, um princípio geral que percorre todas as divisões, é pré-individual e compartilhamos com os animais”, o que nos remete a uma concepção ampliada de sujeito, típica de leituras do Antropoceno, que rompe com o antropocentrismo clássico. Por isso, o espaço rural deixa de ser mero pano de fundo bucólico para tornar-se um ator geopolítico e ecológico, um organismo doente cujos sintomas afetam diretamente os corpos vulnerabilizados pelas assimetrias de classe, gênero e território.

Conforme a trama avança, o espaço íntimo da casa, os vínculos familiares e o cuidado com os filhos se entrelaçam com as marcas de um ecossistema colapsado. Amanda rememora, por exemplo, uma visita de Carla, moradora local, à residência em que estava hospedada. Durante a conversa, Carla compartilha suas inquietações quanto à mudança de comportamento do marido, Omar, um criador de cavalos de corrida, profundamente abalado pela morte misteriosa de seus animais e pela transformação inexplicável de seu filho, David. Há aqui uma crítica clara à precarização das relações humanas em contextos ambientalmente degradados, em que o trauma ecológico também atinge a subjetividade e o tecido social. Os efeitos dessa desestabilização se projetam na estrutura familiar: os homens, ausentes ou emocionalmente alheios, reforçam um modelo patriarcal que já não se sustenta em tempos de colapso sistêmico.

A ausência ou o apagamento das figuras paternas, projetadas apenas nos contornos do desfecho, contrasta com a sobrecarga imposta às mulheres. Carla acumula as funções de mãe, trabalhadora e responsável pelo cuidado doméstico, revelando a desigual divisão do trabalho e os desafios da maternidade em um contexto de vulnerabilidade estrutural. A crítica feminista e a ecocrítica se cruzam nesse ponto, pois evidenciam

como as mulheres, assim como os territórios explorados, são relegadas à condição de suporte, de infraestrutura silenciosa e sacrificável. Sendo assim, não é coincidência que a narrativa seja mediada por um diálogo entre uma mulher e uma criança, Amanda e David, figuras tradicionalmente desautorizadas na lógica moderna da razão e do poder (Burke, 1995). Como ressalta Vasconcellos (2020, p. 9), “não à toa o diálogo é realizado por uma criança e uma mulher, sujeitos que, já de antemão, têm suas vozes silenciadas”. A escolha de Schweblin (2021) por essa dupla narrativa evidencia a tentativa de dar voz à fragilidade e à escuta, estratégias éticas e estéticas que desafiam o paradigma dominante (Rodrigues, 2009) e propõem uma outra forma de narrar o colapso: a partir do cuidado, da observação e da vulnerabilidade compartilhada.

À medida que Amanda vai desvelando os motivos do desespero de Carla diante da condição de David, seu filho, a atmosfera do povoado assume uma tonalidade cada vez mais sombria, distanciando-se rapidamente da imagem idealizada de refúgio rural. A protagonista, até então envolta em certa alienação urbana, começa a sentir o território como um organismo hostil, que ameaça silenciosamente os corpos humanos. “Olho em cantos e lugares insólitos, como se, secretamente, minha mente estivesse se preparando para enfrentar algo descomunal” (Schweblin, 2021, p. 53), “a casa, os arredores, todo o povoado me parecem um lugar inseguro, e não há nenhuma razão para correr riscos” (Schweblin, 2021, p. 58). Mas o sentimento de urgência chega tarde demais. Os temores de Amanda não são mais projeções ansiosas, mas sintomas reais de um colapso iminente, como expressa: “Fico pensando se poderia acontecer comigo o que aconteceu com Carla. Sempre penso no pior” (Schweblin, 2021, p. 22).

O capítulo que mostra a presença de um caminhão que descarrega misteriosos latões metálicos marca a concretização desse colapso sensorial e ambiental. “Ouço um caminhão parar [...] há um barulho. Algo cai, algo plástico e pesado, mas não se quebra [...] lá fora os homens descarregam latões [...] Há muitos, todo caminhão está cheio de latões” (Schweblin, 2021, p. 69). Aqui, a autora sugere, sem nomear diretamente, os elementos tóxicos, pesticidas, agrotóxicos, químicos industriais, que povoam silenciosamente os solos, os alimentos, a água e os corpos da comunidade. A ameaça é invisível, mas penetrante, como o *veneno lento* descrito por Rob Nixon (2014), que define o conceito de *slow violence*: uma violência dispersa no tempo e no espaço, sem espetáculo, mas profundamente destrutiva.

Nesse espaço envenenado, o corpo torna-se um sensor da catástrofe, e o vínculo entre mãe e filha passa a ser medido em termos de um “fio”, a distância de resgate, cada vez mais tensionado. “Já quase não há distância de resgate, o fio está tão curto que mal consigo me mover no quarto” (Schweblin, 2021, p. 63). “O fio está tão tenso que sinto sendo puxado do estômago” (Schweblin, 2021, p. 73). A metáfora do fio revela-se, nesse contexto, uma forma sensível de compreender o colapso dos sistemas de cuidado e proteção no Antropoceno: não se trata apenas da quebra dos laços afetivos ou familiares, mas da erosão das condições materiais que sustentam a vida, como o

solo, a água, o ar, isto é, aquilo que o capitalismo agroexportador e extrativista violenta de maneira sistemática.

A narrativa insinua, por meio de pistas sensoriais e de uma estrutura quase onírica, que Amanda e Nina já foram contaminadas. O ciclo de envenenamento, seja ele físico, mental e/ou afetivo, se repete, agora sob o corpo de outra mulher e outra criança. A experiência de Carla torna-se, inevitavelmente, a de Amanda. A fala de David, o mediador de uma consciência dilacerada entre o delírio e a lucidez, confirma a repetição do trauma: “Não, não. Não tem a ver com vermes. A gente sente como vermes, no começo, no corpo. Mas, Amanda, já passamos por isso também. Já falamos do veneno, da intoxicação. Você contou como chegou aqui quatro vezes” (Schweblin, 2021, p. 88). O tempo narrativo parece girar em círculos, reforçando a ideia de um *loop* tóxico, uma repetição traumática que caracteriza os modos de vida sob o capitalismo tardio e o Antropoceno, onde o passado, o presente e o futuro colapsam num eterno presente contaminado.

É notório que as políticas econômicas de viés neoliberal foram primeiramente implementadas na América Latina pelo Chile, ainda durante a ditadura militar, e, a partir daí, difundiram-se por diversos países da região como parte de um processo mais amplo de reestruturação econômica global. No campo agropecuário, esse modelo emergiu como resposta à crescente demanda do mercado internacional por *commodities* agrícolas, como a soja e o milho, incentivando uma reconfiguração profunda nos modos de produção rural (Bueno, 1997). Contudo, essa abertura comercial predatória, sobretudo nos países do Sul Global, provocou uma série de impactos estruturais que afetam milhões de trabalhadores e comunidades camponesas.

A modernização forçada da agricultura implicou a intensificação do uso de maquinário pesado, fertilizantes sintéticos e defensivos químicos altamente tóxicos, promovendo não apenas o deslocamento de populações e o desemprego rural, mas também a degradação dos ecossistemas locais. O Estado, longe de ser um mero regulador, desempenha um papel central como promotor e financiador dessa lógica produtivista, subsidiando empresas transnacionais do agronegócio e operando em benefício do capital transfronteiriço. Como afirma Bueno (1997, p. 73), pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

No passado e no presente, a Modernidade, como projeto de emancipação e autonomia, nunca existiu para a maior parte dos habitantes do planeta, excluindo milhões e milhões de pessoas dos direitos e benefícios, dos acessos materiais e culturais à vida civilizada. Nesse sentido, muito preciso e concreto, a Modernidade capitalista é um projeto incompleto, em movimento e aberto, limitado por suas próprias contradições.

Entrementes, a história recente encarregou-se de evidenciar os efeitos nocivos e profundamente catastróficos de um processo de modernização compulsória que prioriza a lógica do mercado externo em detrimento do bem-estar das populações locais. Tal

modelo, ancorado em interesses transnacionais e sustentado por políticas neoliberais, não assegura melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores rurais, tampouco das populações urbanas que também sofrem os impactos indiretos dessa dinâmica. A omissão do Estado frente aos efeitos da globalização econômica converte-se em cumplicidade, permitindo a exploração intensiva da força de trabalho e dos recursos naturais em favor da acumulação capitalista, enquanto ignora as especificidades sociais, ambientais e territoriais da região.

Em *Distância de resgate*, Schweblin (2021) constrói uma potente alegoria dessa nova forma de colonização, isto é, um neocolonialismo de base extrativista e biopolítica, ao representar o espaço rural como um território contaminado, dominado por uma atmosfera de medo, degradação e morte. “Mais adiante se vê a soja verde e brilhante sob as nuvens escuras. Mas a terra que pisam, desde o caminho de entrada até o riacho, está seca e dura” (Schweblin, 2021, p. 140). Na semiose expressa pela narrativa em estudo, a imagem da soja reluzente contrasta com o solo ressecado e os corpos adoecidos, expondo a ilusão de prosperidade e progresso propagada pelo agronegócio. Trata-se de uma paisagem antropocênica por excelência, marcada pela artificialidade e pela toxicidade. O campo já não é o espaço idílico e regenerador, é o lugar da catástrofe lenta, dos rios contaminados, dos animais mortos, do envenenamento silencioso dos corpos humanos. Em última instância, a autora sugere que habitantes do campo e da cidade partilham agora de um mesmo destino envenenado, vítimas de um sistema global que produz lucro à custa da vida do planeta.

Enquanto os agrotóxicos dão uma sobrevida à soja, maximizando sua vida e livrando-a de pragas, para os humanos, a consequência é contrária. Seus corpos contaminados se intoxicam e se deformam, se transfiguram. Em muitos casos, a morte é certa em pouco tempo, como é para os animais. Suas vidas não importam. O corpo abjeto, enfermo, tampouco interessa ao Estado, pois esse já não tem utilidade e, portanto, está condenado ao abandono (Vasconcellos, 2020, p. 2).

Acerca disso, no artigo intitulado *Contaminados y escritura contaminada: distancia de rescate de Samanta Schweblin*⁴, Marie Audran (s/d) afirma que a América Latina tem sido historicamente submetida a um processo contínuo de colonização que, embora transformado em suas formas ao longo do tempo, ainda se manifesta como uma contaminação persistente, atingindo não apenas os territórios físicos, mas também as dimensões linguísticas, culturais, espirituais e biológicas. Trata-se de uma colonização difusa e patológica que afeta tanto o lugar quanto os corpos que nele habitam, operando por meio de mecanismos que os excluem, degradam e silenciam.

No texto de Schweblin (2021), essa lógica de exclusão se materializa nas experiências de Amanda e David, cujos corpos fragilizados evidenciam a vulnerabilidade comum a todos

4 Disponível em: <https://shorturl.at/xhtkp>. Acesso em: 17 maio 2025.

os habitantes do povoado. Amanda reconhece que ela, sua filha, David e os demais moradores compartilham uma mesma condição de exposição e enfermidade. Como afirma Vasconcellos (2020, p. 4): “Não é porque veio da cidade que está imune. Já não há diferença entre territórios: a política econômica neoliberal os coloca em uma mesma identidade: de despojo”. A contaminação do solo, da água e do ar por agrotóxicos não representa apenas um drama individual, mas denuncia um colapso coletivo, ambiental e existencial. A morte, nesse contexto, não é uma possibilidade distante, mas uma presença latente, uma expectativa iminente que permeia a vida cotidiana. Trata-se, como propõe o discurso do Antropoceno, de uma crise que dissolve fronteiras entre humano e não humano, entre o urbano e o rural, entre o natural e o tecnológico. Água, ar e veneno tornam-se indiscerníveis, dissolvendo as separações que sustentavam a ideia de segurança ambiental ou territorial. A obra, assim, nos obriga a encarar o horror difuso do presente: a lenta devastação dos corpos e dos ecossistemas como expressão de uma nova e silenciosa forma de colonização.

Como já advertia Stiglitz (2002), as políticas neoliberais, ao priorizarem o lucro de poucos em detrimento da dignidade de muitos, criam zonas de sacrifício e naturalizam o despojo como parte da engrenagem econômica global. Por essa razão,

A globalização, que pode ser uma força propulsora de desenvolvimento e da redução das desigualdades internacionais, está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa nem para um mundo com menos conflitos (Stiglitz, 2002, p. 1).

Quando a ameaça é invisível, como o veneno diluído na água ou o ar carregado de resíduos tóxicos, a “distância de resgate” torna-se um fio cada vez mais tênue, quase irreal. A cada página, essa ligação simbólica entre Amanda e Nina, baseada na tentativa desesperada de proteção, parece se desgastar diante da iminência do colapso. A gênese do conflito ocorre com a intoxicação de David, que bebe água contaminada de um riacho, ponto de contato direto entre corpo, território e envenenamento sistêmico. Seu organismo, como tantos outros na narrativa, não resiste ao agrotóxico.

Nesse espaço de crise ecológica, sanitária e espiritual, a obra introduz um rito de transmigração realizado por uma figura arquetípica: a mulher da casa verde, que evoca o imaginário ancestral da curandeira, do velho sábio e da senhora da natureza, detentora dos mistérios vitais (Jung, 2014). Por meio desse ritual, uma espécie de nova vida é conferida a Davi (nas entrelinhas, sugerida posteriormente também a Nina), mesmo que isso implique a dissolução de sua identidade anterior: “A migração teria consequências. Não há lugar num corpo para dois espíritos e não há corpo sem espírito. A transmigração levaria o espírito de David para um corpo sadio, mas também traria um espírito desconhecido para o corpo doente” (Schweblin, 2021, p. 29).

Sob a lente da Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011), que compreende a literatura como um espaço onde os sentidos se corporificam e os imaginários coletivos se cristalizam ou se atualizam, observa-se que os dilemas do Antropoceno transcendem a contaminação física e se projetam também na esfera simbólica, afetando profundamente os vínculos humanos, especialmente o materno. Na relação entre Amanda e Carla, a maternidade deixa de ser signo de proteção, cuidado ou nutrição e se ressignifica como território de vulnerabilidade, medo e colapso. Essa experiência materna, atravessada por forças que excedem o controle humano, como os efeitos de políticas neoliberais, colapsos ecológicos e tensões arquetípicas, reflete uma atualização do imaginário coletivo, em que o arquétipo da mãe é tensionado e subvertido. Nesse contexto, a maternidade se configura como um signo que encarna não apenas afetos, mas também os traumas e ansiedades de um mundo em ruínas, revelando, pela tessitura literária, como os corpos e os vínculos se tornam zonas de contaminação simbólica e de abalo psíquico e moral no Antropoceno.

Na sequência, para aprofundar a compreensão dessa malha intersemiótica proposta por Schweblin (2021), discorreremos acerca dos elementos simbólicos e estruturais da obra à luz das estruturas antropológicas do imaginário (Durand, 2002) e da psicologia analítica (Jung, 2014, 2016), com ênfase nas imagens arquetípicas que configuram as relações maternas e os deslocamentos espirituais num mundo em colapso.

2. Entre o fio imaginário, o veneno e o afeto: a representação simbólica da maternidade em *Distância de resgate*

Aquele que o sabe e é sensível não pode mais sobrecarregar com o peso enorme de significados, responsabilidades e missão no céu e na terra a criatura fraca e falível, digna de amor, de consideração, de compreensão, de perdão que foi nossa mãe (Jung, 2016, p. 101).

Fascinada pelos mistérios do mundo e pelos fenômenos ainda inexplicáveis, a humanidade sempre recorreu ao pensamento mítico como forma de preservar e transmitir seus relatos mais antigos. Os mitos são estruturas essenciais do imaginário coletivo, e, como afirma Durand (1996, p. 184), nenhum texto contemporâneo é “inocentemente unívoco”, pois sua composição resulta da confluência de matizes culturais, semânticas e lexicais tecidas a partir de um mito fundante. Entre esses mitos, destaca-se o arquétipo da Grande Mãe, descrito por Jung (2014) como símbolo universal de fertilidade, nutrição e transformação, frequentemente representado pela Terra. Essa imagem arquetípica expressa-se em elementos como a gruta, a árvore, o poço e o útero, lugares simbólicos de origem e regeneração. A força das narrativas míticas, como as cosmogonias, as trajetórias de heróis e as relações entre deuses, molda a sensibilidade humana e inspira criações artísticas ao longo dos tempos. Embora no senso comum

os mitos sejam frequentemente vistos como histórias irreais ou distantes da verdade, Monteiro (2005, p. 54) esclarece que

Os mitos retratam as diferentes situações da vida, as relações entre as pessoas, entre o indivíduo e a sociedade e a sociedade e a natureza. Analisando um mito, é possível entender a realidade social de um povo (sua economia, sistema político, costumes e crenças), toda a experiência adquirida pelos homens em sua caminhada histórica está contida nos mitos em narrativas metafóricas.

As produções literárias contemporâneas mantêm uma ligação profunda com os mitos, revelando uma continuidade simbólica que atravessa os tempos. Escritores de diversas épocas têm revitalizado, em suas obras, imagens arquetípicas universais, como observa Jung (2014), ao destacar que tais símbolos emergem do inconsciente coletivo e sustentam as estruturas da imaginação mítica. Representações simbólicas, como a da Grande Mãe, ecoam nas narrativas literárias sob a forma de lugares de origem, como grutas, florestas, jardins ou fontes, reafirmando a função materna como eixo estruturante da experiência humana. Durand (1996, p. 62) corrobora essa perspectiva ao definir o mito como “um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas, que, sob o impulso de um esquema, tende a compor-se em forma de narrativa”. Para Jung (2016), esses símbolos revelam um imaginário social profundo, fundado em imagens ancestrais que não se explicam pela vivência individual, mas como formas mentais primitivas herdadas do espírito humano.

Dessa forma, compreendemos que toda manifestação literária carrega uma herança cultural mítica. Acerca disso, Rosenfeld (1976, p. 35) argumenta que

É evidente que a obra literária tem uma referência mais ou menos direta à realidade. No entanto se o modo de atenção se dirige de modo unilateral ao mundo dos objetos apresentados, tomando-o, por sua vez, na sua função representativa do mundo exterior à obra, há o perigo de se deformar e empobrecer a apreensão da totalidade literária.

Considerando essa perspectiva de abordagem, vemos que no romance de Schweblin (2021) a representação da maternidade assume contornos arquetípicos ao mesmo tempo em que é tensionada pelas urgências do mundo contemporâneo. A figura da mãe, tradicionalmente associada ao cuidado, proteção e vínculo profundo com a vida, uma feminilidade primordial simbolicamente relacionada à Terra, é atualizada na narrativa por meio da relação angustiada de Amanda com sua filha Nina. A *distância de resgate*, como nomeia Amanda, simboliza não apenas a medida física entre mãe e filha, mas a percepção constante de ameaça que envolve o maternal num mundo em colapso: “Agora mesmo estou calculando quanto demoraria para sair correndo do carro e chegar até Nina, se ela corresse de repente para a piscina e se atirasse” (Schweblin, 2021, p. 22). Esse cálculo permanente evidencia um estado de vigília que ultrapassa o instinto protetor e adentra o terreno do trauma ambiental e existencial.

No contexto do Antropoceno, uma era marcada pela ação destrutiva da humanidade sobre os ecossistemas, a maternidade emerge como símbolo de fragilidade e resistência diante de um ambiente contaminado e imprevisível. Como aponta Riera (2020, p. 106), “na novela *Distância de resgate*, tanto a imagem das mães quanto a dos filhos carregam valores que instigam o questionamento do universo conhecido pelo leitor por meio de uma atmosfera baseada na perturbação”. Assim, a maternidade, longe de ser apenas um espaço de proteção idealizada, torna-se metáfora da vulnerabilidade humana frente à crise ecológica e ao esgotamento da própria noção de futuro. Para Riera (2020, p. 106-107),

Schweblin retrata personagens que exercem a maternidade de maneiras opostas – ambas suscetíveis a falhas e arrependimentos –, reorganizando a tradicional ideia de que, orientada naturalmente por seu gênero, a mulher saberia intrinsecamente como criar seus filhos de forma exemplar. Além disso, ao colocar a relação entre progenitora e cria como possível catalisadora de sensações perturbadoras, a autora questiona a ideia da maternidade como fonte inexorável de prazer.

Dominada pelo medo constante de que algo ruim pudesse acontecer à filha em um momento de descuido, Amanda projeta mentalmente cenários catastróficos, revelando um estado de tensão permanente e vigilância excessiva. Essa angústia materna expressa-se como um traço do arquétipo feminino em sua forma ambivalente, pois a maternidade, enquanto estrutura simbólica, carrega tanto aspectos de proteção e cuidado quanto de ansiedade e vulnerabilidade. Conforme observa Koss (2000), experiências positivas na infância, como aconchego, segurança e alimento, estão ligadas à imagem arquetípica da Grande Mãe, enquanto a ausência ou supressão dessas condições pode gerar sua contraparte sombria, a Mãe Terrível. Em *Distância de resgate*, essa dualidade arquetípica é constantemente evocada pela experiência de Amanda, cuja *performance* materna é marcada pelo desejo de proteger e, simultaneamente, pela percepção angustiante de que essa proteção pode falhar diante das ameaças invisíveis do ambiente e do próprio corpo.

Nesse contexto simbólico, Campbell (2007, p. 291) observa que, na mitologia hindu, a Mãe do Universo é aquela que estrutura os limites do mundo, isto é, espaço, tempo e causalidade, configurando-se como a moldura do próprio cosmo, a “casca do ovo cósmico”. Esse papel estruturante da figura materna também é evidente na representação arquetípica de Gaia, a Mãe Terra da mitologia grega, símbolo da ancestralidade e da natureza em sua totalidade. Gaia representa a maternidade em sua plenitude paradoxal: por um lado, é fonte de vida, proteção e nutrição; por outro, pode manifestar-se de forma destrutiva e vingativa diante de ameaças ao seu domínio. Como arquétipo, ela expressa a integração dos opostos, sendo a Grande Mãe, geradora e sustentadora da existência, e a Mãe Terrível, aniquiladora vital, que traz à tona os aspectos sombrios da experiência do cuidado. Essa ambivalência, segundo Jung (2014), é característica

essencial dos arquétipos, que não se fixam em idealizações unilaterais, mas oscilam entre luz e sombra, proteção e ameaça.

Essa perspectiva simbólica encontra eco nas reflexões contemporâneas sobre a maternidade. Badinter (1988, p. 367) provoca ao afirmar que o amor materno não é inato, mas uma construção cultural, ou seja, é “adicional”. Tal visão desromantiza a maternidade, questionando a ideia de que o vínculo materno é natural, absoluto e desejado por todas as mulheres. Ser mãe, no mundo atual, é um desafio cada vez mais permeado por exigências sociais, pressões simbólicas e transformações identitárias, especialmente em um cenário de crescente autonomia feminina. Ainda mais complexo é o processo de rompimento do “cordão umbilical simbólico”, que ultrapassa o momento do parto e se projeta em uma relação emocional e psicológica duradoura entre mãe e filho, frequentemente marcada por sentimentos de posse, dependência e culpa.

Diante dessa realidade, *Distância de resgate* oferece uma leitura potente e crítica da experiência materna. Ao retratar uma mãe em constante estado de alerta, vulnerável diante de forças invisíveis e de um ambiente tóxico, a autora desconstrói a imagem tradicional da maternidade idealizada. A figura de Amanda, ao mesmo tempo zelosa e tomada pelo medo, nos confronta com uma representação profundamente humana da mãe: aquela que ama, mas também sofre, que cuida, mas teme falhar, e cuja força está atravessada por fragilidade, culpa e desamparo. Desse modo, Schweblin (2021) nos convida a repensar a maternidade não como um ideal sagrado, mas como um lugar de complexidade e ambivalência, enraizado nas tensões psíquicas e ecológicas do mundo contemporâneo. Acerca desse olhar na obra, Riera (2020, p. 38) nos lembra que

A concepção de ‘instinto materno’ é questionada, abrindo espaço para que as personagens não sejam representadas como mães intrinsecamente perfeitas, exibindo dois extremos: de um lado, a indiferença quase total quanto aos próprios filhos e do outro, a superproteção.

No cenário perturbador da narrativa em análise, Amanda e Carla surgem como representações de uma maternidade imperfeita, vulnerável e profundamente atravessada pelas ansiedades do mundo contemporâneo. Ambas encarnam as inquietações típicas da primeira experiência materna, porém sob perspectivas diferentes: Carla carrega a culpa do distanciamento afetivo e do arrependimento precoce, enquanto Amanda é consumida pelo medo constante de que algo terrível possa acontecer à filha, o que a conduz a um estado de superproteção paralisante. A polaridade entre essas duas figuras maternas revela o espectro de inseguranças que rondam o arquétipo da Grande Mãe, não apenas como símbolo de cuidado e nutrição, mas também como representação da possibilidade de falha, abandono ou incapacidade de criar vínculo. Em uma passagem marcante, Carla confessa: “Na primeira vez que o recebi no colo fiquei angustiada” (Schweblin, 2021, p. 15), evidenciando a quebra da idealização do amor materno imediato. Por sua vez, Amanda, ao se sentir momentaneamente segura, descreve: “O fio invisível que nos une se esticava outra vez, presente, mas permissivo, dando-nos certa

independência de tempos em tempos” (Schweblin, 2021, p. 40). Esse fio simbólico, que remete metaforicamente ao cordão umbilical e à dependência afetiva entre mãe e filha, é tensionado constantemente por ameaças externas, muitas vezes imperceptíveis, mas latentes.

A toxicidade do meio ambiente penetra o cotidiano das personagens, criando uma sensação constante de ameaça invisível. Nesse sentido, o instinto materno de proteção é constantemente frustrado pela impossibilidade de controlar os perigos externos, muitos dos quais são fruto direto da exploração desenfreada da natureza. Quando Amanda sente que a “distância de resgate encurtou-se de novo... e tenho uma espantosa sensação de fatalidade” (Schweblin, 2021, p. 51), ela não está apenas reagindo a um possível acidente doméstico, mas à percepção mais ampla de que o mundo ao seu redor se tornou inóspito e traiçoeiro.

Campbell (2007, p. 17) nos lembra que, entre todas as espécies do reino animal, os seres humanos são aqueles que permanecem por mais tempo dependentes dos cuidados maternos após o nascimento: “Os seres humanos nascem cedo demais; quando o fazem, estão inacabados e ainda não estão preparados para o mundo. Em consequência, toda a defesa que têm contra um universo de perigos é a mãe, sob cuja proteção ocorre um prolongamento do período intrauterino”. Para o autor, “Daí decorre o fato de a criança dependente e sua mãe formarem, ao longo de meses após a catástrofe do nascimento, uma unidade dual, não apenas do ponto de vista físico, como também no plano psicológico” (Campbell, 2007, p. 17).

No Antropoceno, essa dependência se torna ainda mais crítica, pois a maternidade deixa de ser apenas um ato de cuidado e passa a ser também uma experiência de resistência. Mães, como Amanda e Carla, são desafiadas não apenas a proteger seus filhos de riscos imediatos, mas a garantir sua sobrevivência em um mundo onde as fronteiras entre natureza e veneno, vida e doença, tornaram-se indistintas. Sendo assim, *Distância de resgate* articula de forma pungente os dilemas contemporâneos da maternidade com as angústias de viver num planeta em colapso, onde o amor não basta, e onde até mesmo o cuidado mais zeloso pode ser insuficiente frente à catástrofe ambiental.

Na trama, Amanda manifesta indignação ao perceber que Carla não reconhece mais David como seu filho, referindo-se a ele como um “monstro”. Em seu desespero silencioso, Amanda pensa: “Quero dizer a Carla que tudo é uma grande barbaridade” (Schweblin, 2021, p. 29). A ruptura emocional de Carla, no entanto, remonta a um evento traumático: a “migração” espiritual pela qual David passou nas mãos da mulher da casa verde, quando tinha apenas dois anos. A partir dessa experiência liminar, um novo David emergiu, diferente, estranho, quase irreconhecível, provocando na mãe um luto simbólico pela perda da criança que conhecia. Seu distanciamento afetivo pode ser compreendido como manifestação de um sofrimento psíquico profundo, possivelmente associado à depressão pós-parto ou à falência do instinto materno frente a um mundo contaminado e incontrolável.

Amanda, por outro lado, representa o extremo oposto: uma mãe hiperconsciente, obcecada com a segurança da filha, cuja atenção constante à “distância de resgate” revela um desejo quase narcísico de controle absoluto. Essa superproteção, embora revestida de cuidado, torna-se aprisionadora, dificultando o desenvolvimento autônomo de Nina e transformando a maternidade em um espaço de angústia perpétua. Diante disso, nenhuma das duas mães encarna plenamente o arquétipo da “Grande Mãe” em sua forma integradora ou a ideia de uma mãe “suficientemente boa”; ao contrário, ambas oscilam entre os extremos da negligência e da obsessão, revelando os abismos emocionais que a maternidade pode alcançar em tempos de crise.

A oposição entre essas duas formas de matemar revela relações maternas desequilibradas e limítrofes: de um lado, uma mãe superprotetora que projeta sobre a filha suas próprias inseguranças existenciais; de outro, uma mãe emocionalmente exaurida, incapaz de manter o vínculo com o filho após uma experiência que alterou irreversivelmente sua subjetividade. Ainda que ambas descrevam seus filhos com ternura em algum momento, essas imagens idealizadas se desintegram diante da realidade violenta e contaminada em que vivem. Nina, por exemplo, é vista como uma criança doce e gentil: “sorri, tem o sorriso divino, tem covinhas nas bochechas, e o nariz se franze um pouco” (Schweblin, 2021, p. 24); e David, no início da vida, era percebido como luz: “quando nasceu, era o sol” (Schweblin, 2021, p. 14). Carla, por sua vez, parece viver um luto suspenso por um filho ainda vivo, mas irremediavelmente alterado. O “fio invisível” que ainda conecta Amanda e Nina está há muito rompido entre Carla e David.

Nesse contexto de vínculos maternos feridos, *Distância de resgate* revela-se uma narrativa que desconstrói a maternidade idealizada e evidencia suas fragilidades diante do colapso ambiental e emocional do Antropoceno. Como observa Riera (2020), a obra apresenta figuras maternas que, ao invés de reafirmarem o mito da mãe perfeita, revelam suas falhas, limites e contradições, o que instaura uma atmosfera perturbadora que convida o leitor a reavaliar os significados da maternidade na contemporaneidade. Além disso,

Ao mesmo tempo, são apresentadas duas personagens infantis que personificam pontos de vistas opostos referentes à infância. Nota-se que a filha meiga está ligada à mãe atenciosa e preocupada, enquanto o infante obscuro está ligado à mãe deprimida e revoltada. Quer essa associação seja ou não proposital, pode-se, em certo grau, relacionar a intensidade dos laços familiares à personalidade de cada criança (Riera, 2020, p. 50).

Em *As estruturas antropológicas do imaginário*, Durand (2002) identifica padrões simbólicos universais presentes na cultura humana, estruturados a partir de três reflexos fundamentais: o reflexo postural (ligado à verticalização e imagens de ascensão e superação), o reflexo digestivo (relacionado à interiorização, descida e transformação), e o reflexo copulativo (vinculado à circularidade, união e sexualidade). A partir desses reflexos, o autor propõe dois grandes regimes da imaginação: o Regime Diurno,

associado à luta, luz e superação, e o Regime Noturno, vinculado à aceitação, integração dos opostos e vivências relacionadas à escuridão e à morte.

Nesse modelo, o Regime Diurno, vinculado ao reflexo postural, tende a valorizar imagens ascendentes e heroicas, como o pai arquetípico, representado pelo “cetro e o gládio”. Já o Regime Noturno, associado aos reflexos digestivo e copulativo, acolhe imagens descendentes, integradoras e muitas vezes ambíguas, ligadas à figura arquetípica da Mãe. Essa dimensão simbólica materna incorpora tensões entre luz e sombra, vida e morte, expressando a complexidade da condição humana e suas experiências liminares.

O texto de Schweblin (2021) revela uma semiose narrativa com marcas profundas do arquétipo materno inserido no Regime Noturno da imagem (Durand, 2002). Elementos como a atmosfera sombria, a ambiguidade dos acontecimentos, a repetição de cenas, o movimento cíclico da “distância de resgate”, o simbolismo do ventre feminino, do cordão umbilical (representado pelo fio invisível), a água contaminada e a incessante busca por respostas, apontam para uma lógica imagética que se organiza a partir do medo, da angústia e da interiorização, características típicas do universo simbólico noturno. A dualidade entre Amanda e Carla, entre cuidado excessivo e negligência, reforça essa dinâmica simbólica de polaridades próprias do arquétipo materno: proteção e destruição, vida e morte.

A trajetória de Carla, marcada por traumas e arrependimento, manifesta-se como expressão do imaginário sombrio. Sua culpa pela transformação de David após o ritual da migração é reveladora de uma experiência arquetípica de perda e luto. O antigo David, descrito como “o sol”, símbolo solar, heroico, pertencente ao Regime Diurno, dá lugar a uma figura estranha e inquietante, pertencente ao Regime Noturno, o qual lida com a decadência e a sombra. Ao decidir expor Nina ao mesmo processo, Carla realiza um gesto ambivalente: destrutivo e, ao mesmo tempo, redentor. Esse movimento remete ao princípio simbólico durandiano, segundo o qual “pelo negativo se reconstitui o positivo” (Durand, 1988, p. 141). Assim, o ato de Carla deixa de ser apenas uma repetição do erro e passa a simbolizar uma tentativa de reparação dentro da lógica dramática e paradoxal do inconsciente imaginário noturno.

Portanto, Amanda encarna a figura de uma mãe superprotetora, constantemente alerta diante da iminência de perigos que rondam a infância. A imagem da “distância de resgate”, figurada pelo fio imaginário semelhante ao cordão umbilical, articula-se ao arquétipo da Grande Mãe, evidenciando suas faces positivas: acolhimento, nutrição, cuidado e proteção. No entanto, esse vínculo simbólico, embora continuamente reforçado ao longo da narrativa, não impede o desenlace trágico. O rompimento do fio, “como um pavio aceso em algum lugar” (Schweblin, 2021, p. 143), marca o colapso de uma tentativa de salvação que já se anunciava como fracassada.

Por último, entendemos que a representação da praga, dos vermes e do orvalho contaminante opera como signo condensador de um imaginário coletivo que traduz

as ansiedades do Antropoceno. Esses elementos simbólicos não apenas figuram uma ameaça biológica ou ambiental, mas corporificam uma crise que atravessa tanto os vínculos íntimos quanto as estruturas planetárias. A dissolução do laço mãe-filha, portanto, não se limita à ruptura afetiva individual, mas representa, no plano simbólico, a falência de sistemas de cuidado, proteção e interdependência em um mundo colapsado. A sentença, “o que vem a seguir são só consequências” (Schweblin, 2021, p. 104), reforça essa lógica de irreversibilidade, onde a contaminação não é apenas física, mas também semiótica, espalhando-se como código de leitura para um tempo marcado pela degradação dos corpos, dos territórios e dos vínculos. Assim, a narrativa se inscreve na tessitura simbólica das crises ecológicas contemporâneas, atualizando no imaginário literário a tensão entre cuidado e desamparo, entre o instinto de preservação e o colapso coletivo.

3. Considerações sobre o dito

Entre o texto literário e o leitor, estabelece-se uma relação contínua de completude e construção de sentido (Iser, 1996). Na contemporaneidade, marcada pelas dinâmicas do Antropoceno, essa relação torna-se ainda mais significativa, à medida que as produções literárias passam a refletir, tensionar e reconfigurar as experiências humanas frente às crises ambientais e civilizatórias em curso. As escrituras diaspóricas e os discursos culturais atuais evidenciam a indissociabilidade entre linguagem, cultura e humanidade, compondo uma realidade socioideológica interacional em que os signos, em constante ressignificação, absorvem e expressam as transformações do mundo (Bakhtin, 2004).

Nesse contexto, *Distância de resgate* revela-se uma narrativa perturbadora e simbólica que articula as angústias do cuidado, do colapso ambiental e da fragilidade dos laços afetivos em um mundo tóxico e ameaçado. Ao explorar essa dimensão imaginária/ficcional, a obra de Schweblin (2021) possibilita ao leitor acessar experiências simbólicas fundamentais para a elaboração subjetiva e coletiva de sentido em tempos de crise. Assim, mais do que uma representação sensível da condição humana, a literatura desta autora configura-se como ferramenta crítica indispensável para a leitura da realidade contemporânea sob a luz das inquietações do Antropoceno.

Por essa razão, constatamos que *Distância de resgate* vai muito além de uma crítica ao realismo social clássico. Sua obra penetra na tessitura sensível da crise ecológica e propõe uma forma de realismo especulativo, no qual o envenenamento dos corpos se torna sintoma e metáfora de uma lógica sistêmica de destruição. A autora convoca seus leitores a participar de uma arqueologia do envenenamento, buscando, junto às personagens, o ponto de origem da catástrofe. Sendo assim, a obra pode ser interpretada à luz da Semiótica Antropológica (Rodrigues, 2011) como um romance do Antropoceno, no qual a maternidade, a infância e o corpo feminino surgem como os primeiros territórios sensíveis aos efeitos de um mundo que, sob a fachada de progresso agrícola e desenvolvimento, revela a incapacidade humana de sustentar uma consciência planetária do universo.

Desse modo, a obra instiga uma reflexão crítica sobre os impasses e desafios que atravessam a produção literária latino-americana contemporânea. Sua escrita evidencia os efeitos colaterais de uma globalização acelerada e desregulada, cujos impactos recaem com maior intensidade sobre populações periféricas. Na trama, o ambiente rural deixa de ser um espaço idílico para assumir contornos sombrios e ameaçadores, moldado pelas lógicas de exploração impostas por um sistema econômico neoliberal que privilegia o lucro imediato em detrimento da sustentabilidade e da dignidade humanas. A experiência estética proporcionada pela obra promove uma ressonância entre o universo ficcional e a subjetividade do leitor, que, ao decifrar imagens, signos e símbolos acionados ao longo do enredo, é levado a repensar suas próprias relações com o coletivo, com a tecnologia, com o meio ambiente e com as tensões éticas de seu tempo.

Sob uma perspectiva simbólica (Durand, 2002) e arquetípica (Jung, 2014, 2016), a obra mobiliza um imaginário profundamente enraizado em mitos ancestrais, revisitando, por meio das personagens femininas, a figura da mãe sob novas configurações. Longe da idealização tradicional, a maternidade é retratada em tonalidades ambíguas, revelando-se através de figuras maternas atravessadas por estados de vulnerabilidade, inquietação e colapso psíquico. Esses retratos desestabilizam modelos normativos e oferecem múltiplas possibilidades de vivência do materno, fugindo de categorias fixas ou exemplares. Schweblin (2021), nesse sentido, não apenas reinterpreta arquétipos ligados ao feminino, mas os projeta em um cenário de degradação física e emocional, onde a maternidade convive com o medo, o esgotamento e o risco iminentes.

A leitura de *Distância de resgate*, a partir da Semiótica Antropológica, revelou a integração entre o inconsciente coletivo e o imaginário simbólico, que permitiu compreender como a narrativa de Schweblin (2021) reinscreve o mito no campo das práticas de significação contemporâneas. Na trama, a mãe protetora e o perigo invisível configuram uma mitologia de vulnerabilidade ecológica. Essas imagens arquetípicas, para além de uma herança simbólica, são formas de atualização do mito, entendido, segundo Lévi-Strauss (1970), como uma estrutura de pensamento que articula contradições fundamentais (vida/morte, natureza/cultura, humano/desumano). A transição do mito no sentido antroposemiótico ocorre, portanto, quando o mito deixa de ser apenas um relato estruturante da cultura e passa a ser uma prática semiótica viva, um modo de relação entre os seres, os corpos e o ambiente; um processo de explicação do ser e do viver na natureza e cultura (Rodrigues, 2011). A literatura, nesse sentido, torna-se um espaço de tradução simbólica entre natureza e cultura, corpo e signo, mito e presença, um território antroposemiótico onde o humano, o inumano e o simbólico coexistem em estado de tensão e interdependência.

Portanto, *Distância de resgate* insere-se com vigor no debate sobre a função social da literatura em tempos de crise, especialmente no contexto do Antropoceno, no qual os limites entre natureza e cultura, corpo e ambiente, sujeito e catástrofe se tornam cada vez mais tênues. A narrativa denuncia as contradições de uma modernidade tardia que, ao

apostar em projetos de desenvolvimento dissociados da ética ambiental, compromete o futuro coletivo. Ao articular experiências íntimas com processos históricos mais amplos, a autora argentina constrói um espaço ficcional que confronta o leitor com os dilemas éticos e políticos da contemporaneidade, apontando para a urgência de novas formas de existir, narrar e imaginar o mundo. Assim, a obra se afirma como um dispositivo potente de crítica cultural, contribuindo para a ressignificação da literatura como prática discursiva capaz de intervir simbolicamente nos rumos de uma sociedade marcada pela exaustão ecológica e existencial.

| Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES.

| Referências

ALVES, W. *Travessias críticas: temporalidades e territórios na narrativa latino-americana das últimas décadas*. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

AUDRAN, M. *Contaminados y escritura contaminada: Distancia de rescate de Samanta Schweblin*. Universidad Rennes 2, s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/26838996/Contaminados_y_escritura_contaminada_Distancia_de_rescate_de_Samanta_Schweblin. Acesso em: 20 fev. 2025.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

BAKHTIN, M. (VOLÓCHINOV, V.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1987.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRANDÃO, L. A. Breve história do espaço na Teoria da Literatura. *Revista Cerrados*, Brasília: UnB, n. 19, 2005. p. 115-133. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/1140>. Acesso em: 18 maio 2025.

BUENO, A. Modernidade e barbárie. *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 71-79. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces>. Acesso em: 18 maio 2025.

BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*. São Paulo: Editora Cultrix/Pensamento, 2007.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND, G. *Campos do Imaginário*. Tradução Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURAND, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ENRIQUEZ, E. Da ordem dos sexos à ordem cosmológica. In: ENRIQUEZ, E. *Da Horda ao Estado – Psicanálise do Vínculo Social*. Tradução Teresa Carreteiro; Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ENRIQUEZ, M. *As coisas que perdemos no fogo*. Tradução José Geraldo Couto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

ETTE, O. Pensar o futuro: a poética do movimento nos Estudos de Transárea. *Revista Alea: Estudos Neolatinos*, v. 18, n. 2, maio/ago. 2016, p. 192-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/J3ghvttStPsHfYhScnnxtgm/?lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

FONTANILLE, J. *Formes de vie*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015.

FONTANILLE, J. A semiótica hoje: avanços e perspectivas. *Estudos Semióticos* [on-line], São Paulo, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/127608/175745>. Acesso em: 05 out. 2025.

ISER, W. *O Ato da Leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, v. 1, 1996.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

JAMESON, F. O pós-moderno e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. A. (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 25-44.

JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. Tradução Maria Lúcia Pinho. 3. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016. p. 15-130.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

KOSS, M. V. *Feminino + Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. São Paulo: Escrituras Editora, 2000. p. 114-115.

LUDMER, J. Literaturas pós-autônomas. *Revista Sopro*, n. 20, p. 1-4, jan. 2010. Disponível em: <https://culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

MONTEIRO, R. C. *O símbolo na literatura: um estudo sobre o conteúdo arquetípico de textos literários*. São Paulo: UNICAMP, 2005.

NIXON, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/books/9780674072343>. Acesso em: 10 maio 2025.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Espero que a arte não perca profundidade. *Jornal O Estado de São Paulo (Estadão)*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3872534/samanta-schweblin-espero-que-a-arte-nao-perca-profundidade>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PÁDUA, J. A. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, D.; EDUARDO, V. C.; SALDANHA, R. (org.). *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra*. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

RIERA, R. *Mães perturbadoras, filhos monstruosos: uma leitura de Distância de Resgate de Samanta Schweblin*. Campinas, São Paulo: Unicamp/Publicações IEL, 2020. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Maes_perturbadoras_filhos_monstruosos.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

RODRIGUES, L. P. Cultura clássica, cultura vulgar: considerações acerca do ideal de autor, leitor e leitura. *Revista Sociopoética*, Campina Grande-PB/PB, v. 1, n. 3, jan./jul. 2009.

RODRIGUES, L. P. *Vozes do fim dos tempos: profecias em escrituras midiáticas*. 2011. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RODRIGUES, L. P. Por uma linguística da prática. In: RODRIGUES, L. P. *Gelne 40 anos*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 70-90.

ROSENFELD, A. *Estrutura e problemas da obra literária*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SCHWEBLIN, S. *Distância de resgate*. Tradução Ivone C. Benedetti. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.

TORO, A. Fundamentos epistemológicos de la condición contemporánea: postmodernidad, postcolonialidad en diálogo con Latinoamérica. In: TORO, A. *Postmodernidad y postcolonialidad: breves reflexiones sobre Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 11-49. Disponível em: <https://home.uni-leipzig.de/detoro/wp-content/uploads/1997/02/1997-Fundamentos-epistemologicos-de-la-condici%C3%B3n-contempor%C3%A0nea.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

VASCONCELLOS, E. M. M. As formas de sobrevivência em Distância de Resgate, de Samanta Schweblin. São Paulo: *Anais Editora Realize*, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/hispanistas/2020/TRABALHO_COMPLETO_EV143_MD7_SA4_ID35_05062020095759.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

Como citar este trabalho:

SILVA, Rodrigo Nunes da; RODRIGUES, Linduarte Pereira. Território, corpo e resistência: o grito da terra e o imaginário materno em distância de resgate. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 153-181, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20324>.